

## **Por uma política de coesão territorial refletida**

O êxodo rural e a desertificação do interior de Portugal apresentam-se, não só como dois dos maiores desafios do presente, mas também como as maiores ameaças do nosso futuro. As pessoas, principalmente os jovens, não têm motivos para se estabelecerem nessas regiões, optando por se deslocarem para as zonas litorais, criando desequilíbrios demográficos dentro do país.

Temos, hoje, uma região litoral que concentra a maioria dos recursos e fontes de investimento e que, por isso, se torna uma região de eleição para quem procura melhor qualidade de vida – neste momento é onde se encontram as oportunidades. Por outro lado, a região interior, cativa cada vez menos investimento, fixa cada vez menos jovens e a população que lá existe está cada vez mais envelhecida. É urgente rejuvenescer a população e revitalizar o interior.

As Instituições de Ensino Superior, como principais responsáveis pela transmissão e produção do conhecimento e inovação, desempenham – ou deveriam desempenhar – um papel fundamental na missão da reforma e da manutenção das regiões interiores.

O estabelecimento de sinergias entre as Instituições de Ensino Superior - IES e o tecido empresarial, a adaptação da oferta formativa à realidade onde se insere a IES e o investimento local são os 3 pilares onde se deverá assentar uma política de coesão territorial integral e integrada.

Atendendo a que a maior parte destas instituições são de cariz politécnico e que a missão se debruça sobre a oferta de cursos superiores com uma vertente profissionalizante mais vincada, a articulação realmente entrosada com a malha empresarial e económica regional iria, por um lado, adaptar realmente a oferta formativa às necessidades locais e, por outro lado, aumentar as oportunidades de quem nessa IES se formasse de se estabelecer naquela zona. A par disso, os incentivos monetários e fiscais para as empresas e empreendedores que se comprometam, de forma a incentivar a que se expandam utilizando os recursos e capital humano proveniente da própria região assumem-se, também, como impulsionadores de uma eventual fixação de mais jovens e com melhor qualidade de vida. É exemplo, o Instituto

Politécnico de Leiria, em que esta relação estreita com as comunidades e organismos empresariais se põe em prática, onde como resultado da sua prática podemos apontar o índice de empregabilidade superior a 80%.

Outro dos fatores que leva a que os Estudantes não vejam o interior como primeira opção tem que ver com o sistema de ação social, que não lhes oferece apoio suficiente. É exemplo um Estudante que viva numa grande cidade litoral, onde existe uma IES, que teria de se deslocar e pagar residência caso quisesse estudar no interior, aumentando assim os custos de frequência no Ensino Superior caso escolha aí estudar. Esta situação não tem regulação própria no Serviço de Ação Social, constituindo assim mais um desincentivo e entrave à reversão da demografia estudantil atual.

A problemática da desertificação do interior, e das IES do interior, é um problema profundo e que não diz respeito em exclusivo ao Ensino Superior. É um compêndio de tendências negativas e desincentivadoras que se tornam cada vez mais do que as boas razões para se ficar no interior de Portugal. Medidas avulsas não são a solução, como é exemplo a mais recente tomada de posição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que pretende reduzir em 5% as vagas das IES públicas do Porto e Lisboa, traduzindo-se em cerca de 1100 vagas e distribuí-las pelas IES do interior do território Português, numa tentativa de mobilização por decreto dos Estudantes – medida que de resto não terá qualquer efeito.

Acreditando que só com a reflexão alargada, será possível conferir uma resolução a esta problema, vêm as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas no Encontro Nacional de Direções Associativas, na Covilhã, nos dias 3 e 4 de março de 2018, reiterar que só com a criação de incentivos reais – a título de exemplo, recordamos o programa Mais Superior, que incentivava ao estudo em regiões com menor pressão demográfica e menos procura ou, por outras palavras, o interior do país – em detrimento de medidas isoladas, sem base de sustentação e sem consequências, se consiga dar resolução a um, alarmante, problema crescente. Por isto, sugerimos:

- A clara definição e coordenação da oferta formativa que deve ser lecionada em cada Instituição de Ensino Superior, tendo em conta as necessidades regionais e a repetição de oferta formativa em Instituições próximas geograficamente;

- O retorno do desenho inicial do programa +Superior, conferindo assim incentivos a todos os estudantes que escolham estudar no interior do país;
- A realização de um estudo que suporte as razões pelas quais os estudantes abandonam as suas regiões de residência, permitindo assim a otimização de medidas de combate à deslocalização de estudantes para o litoral.
- A implementação de uma estratégia global de coesão territorial, atendendo às características das regiões, auferindo verdadeiros incentivos fiscais para o tecido empresarial, no sentido de atrair empresas para estas regiões, potenciando a economia local.

**Proponente:** AAL, FAP e FNAEESP

**Destinatários:** Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Ministério das Finanças; Ministério da Economia; Ministério da Administração Interna; Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas; Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos; Grupos Parlamentares